

Processo nº	Folha nº
0268/17	

1 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

IMPORTANTE

- **Abertura das propostas:** 17 / 07/ 2017, às 10:00 h.
- **Início da Disputa de Preços:** 17 / 07/ 2017, às 11:00 h.
- **Formalização de Consultas:**
 - e-mail: licitacoes@spturis.com
 - **endereço:** Comissão Permanente de Licitações / Gerência de Compras e Contratos – Sede Administrativa – Av. Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – Santana – São Paulo – SP – CEP 02012-021
 - **Referência de Tempo:** Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).
 - **Sistema operacional utilizado:** LICITAÇÕES-E do Portal do Banco do Brasil - (www.licitacoes-e.com.br)
 - **Horário de ENTREGA de documentos e proposta:** 09:00h às 18:00h
 - **Local de entrega:** SETOR DE PROTOCOLO (ao lado da Recepção da Sede Administrativa)
Atenção: a proposta e documentos de habilitação não serão recebidos diretamente pela Comissão Permanente de Licitações, e em horários diferentes do informado acima.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

2 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXOS DESTE EDITAL

- **ANEXO I** – Termo de Referência
- **ANEXO II** – Documentação para Habilitação
- **ANEXO III** – Modelo de Declaração de Inexistência de Menor
- **ANEXO III – A** – Modelo de Declaração ME/EPP
- **ANEXO III – B** – Modelo de Declaração ref. ao item 1.2.6 do Anexo II deste Edital
- **ANEXO III – C** – Modelo de Proposta e Declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta
- **ANEXO IV** – Autorização de Serviços (condições contratuais)

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

1) A SÃO PAULO TURISMO S.A., por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, com a devida autorização da Diretoria Administrativa Financeira e de Relação com Investidores, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação - INTERNET, torna público que, de acordo com as Leis federais 10.520/02, 8.666/93 e alterações, Leis complementares 123/06 e 147/14, Lei municipal 13.278/02 e Decretos Municipais 43.406/03, 44.279/03, 54.102/13, 54.829/14 e 56.475/15, com o Regulamento de Compras e Licitações da São Paulo Turismo S.A., e os termos deste Edital, realizará processo licitatório na forma abaixo:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2) O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através da utilização de recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos licitantes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade. O Sistema encontra-se inserido diretamente na INTERNET.

3) Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro da São Paulo Turismo S.A., mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica www.licitacoes-e.com.br.

OBJETO

4) A descrição detalhada do objeto da presente licitação consta do Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

4 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

5) Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal quanto à interpretação dos termos deste Edital poderão solicitar os esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, dentro do prazo legal, preferencialmente pelo e-mail licitacoes@spturis.com. Os esclarecimentos serão estendidos a todos os licitantes adquirentes do Edital através da opção “mensagens”, dentro do site www.licitacoes-e.com.br.

5.1) Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o interessado (potencial licitante) que não o fizer até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

5.2) Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

5.3) Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacoes@spturis.com

5.4) Documentos ou e-mails recebidos pela São Paulo Turismo após as 18:00h, serão considerados protocolados no dia posterior ao envio, em horário de expediente (09:00 às 18:00h).

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6) Os interessados deverão observar a data e o horário limite previsto para a abertura das propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa, conforme disposto na página 01 deste Edital.

REFERÊNCIA DE TEMPO

7) Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

Processo nº	Folha nº
0268/17	

5 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

8) Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados qualificados como microempresas e empresas de pequeno porte e que atenderem a todas as exigências deste Edital e Anexos, nos termos do art. 7º do Decreto Municipal 56.475/15

9) Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

I - Sejam declarados inidôneos para licitar por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, sob pena de incidir no previsto no parágrafo único do art. 97 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

II - Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

III - Tenha(m) como sócio (s) servidor (es) ou dirigente (s) de qualquer esfera governamental da Administração Municipal de São Paulo;

IV - Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública de todas as esferas (Federal, Estadual ou Municipal, independente do teor do documento estar limitado ao órgão sancionador), conforme Orientação Normativa nº 003/2012 da Procuradoria Geral do Município de São Paulo;

V - Estejam sob falência, dissolução ou liquidação.

REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

10) O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração e pela Gerência Jurídica;
- c) conduzir a sessão pública na internet;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber e examinar os recursos administrativos com apoio da Gerência Jurídica e da área técnica responsável pela elaboração do termo de referência, encaminhando à autoridade competente para decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

6 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

- i) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

11) Para acesso ao Sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão fazer o seu pré-cadastramento junto ao Banco do Brasil. Para fazer o pré-cadastramento o interessado deve dirigir-se a uma agência do Banco do Brasil - provedor do Sistema Eletrônico de Compras Licitações-E - e preencher os formulários próprios.

11.1) Os licitantes interessados deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

11.2) Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

11.3) A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico dentro do Portal “LICITAÇÕES-E”, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco.

11.4) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à São Paulo Turismo S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

11.5) É vedado o credenciamento de um mesmo representante para duas ou mais empresas.

12) O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica e habilitatória para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

13) A participação no Pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço em data e horários previstos, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico.

13.1) O encaminhamento de proposta pressupõe **o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.** O licitante será responsável por

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

14) A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

15) Caberá ao licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão e até a sua homologação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

16) Os licitantes deverão inserir suas propostas iniciais dentro do Sistema, observando a data e o horário limites para a “Abertura das Propostas”.

16.1) Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que **cumprimenta plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, conforme art. 21, § 2º do Decreto nº 5.450/05.**

16.2) O licitante tem que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte e declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC 123/2006, como condição de participação.

16.2.1) O licitante que não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte ou que, estando nessas condições, não o declarar no campo próprio, não poderá encaminhar propostas, sob pena de aplicação de penalidades cabíveis.

16.3) A declaração **falsa** relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às **penalidades** previstas neste Edital e na Legislação pertinente, sem prejuízo da adoção das medidas penais cabíveis.

16.4) Não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

17) O licitante deverá informar no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta (tal formulário é disponibilizado para os fornecedores quando efetuam o “acesso identificado” no site www.licitacoes-e.com.br), **que atende plenamente as especificações dos serviços, de acordo com o Edital.** A falta dessa informação não

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

8 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

acarretará a desclassificação da licitante, visto que a inserção de proposta no Sistema eletrônico do Banco do Brasil (www.licitacoes-e.com.br) indica que a licitante está ciente destas condições, não podendo alegar desconhecimento das informações contidas no Edital e de seus deveres, em nenhuma hipótese.

17.1) O licitante poderá ratificar as informações constantes do campo “**Informações Adicionais**” do Formulário Eletrônico da Proposta, anexando arquivo em formato texto na opção “Anexos da Proposta” com todas as especificações e preços unitários propostos. Não é obrigatório anexar proposta para este Pregão Eletrônico.

17.2) É VEDADA A INCLUSÃO DE QUALQUER IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE NA PROPOSTA EVENTUALMENTE ANEXADA AO SISTEMA ‘licitacoes-e’. Caso o Pregoeiro verifique alguma identificação, tanto nas ‘informações adicionais’ quanto na eventual proposta anexada, a licitante será DESCLASSIFICADA.

18) A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.

19) A partir do horário previsto no Sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

20) O Pregoeiro poderá desclassificar, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, ressalvado o exposto nos itens 78 e 79 deste edital.

20.1) - Aceitabilidade da proposta: será desclassificada proposta final com preço global superior a R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

21) Após a fase de “Classificação das Propostas”, o Pregoeiro dará seqüência ao processo de Pregão, passando para a fase da “Sessão Pública”, da qual só poderão participar os

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

licitantes que tiveram suas propostas classificadas.

22) Na etapa competitiva, que será aberta com o menor preço ofertado na fase de inserção de propostas, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao Sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

22.1) O Sistema eletrônico aceita e registra lances cujos valores forem inferiores ao último lance do próprio licitante ou de seus concorrentes.

22.2) Não serão aceitos pelo Sistema dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

23) Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, o valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao Pregoeiro e aos demais licitantes.

24) O encerramento da etapa normal de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, sobre o início do modo randômico.

24.1) O tempo randômico é gerado pelo Sistema, não sendo possível ao Pregoeiro, ou a qualquer outra pessoa, sua administração.

24.2) Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o Sistema eletrônico encaminhará aviso de encerramento do modo normal da disputa, após o que transcorrerá período de tempo randômico (aleatório), que pode variar de 1 segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de disputa de lances.

25) Se algum licitante fizer um lance que esteja em desacordo com a licitação (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo cancelado pelo pregoeiro através do Sistema. Na tela será emitido um aviso e na seqüência o Pregoeiro justificará o motivo da exclusão através de mensagem aos licitantes.

26) O Sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

27) No caso de não haver lances na “Sessão Pública”, serão considerados os valores obtidos na etapa de “Abertura das Propostas”.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

10 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

28) Após o encerramento da fase de lances, a licitante classificada em primeiro lugar **deverá encaminhar, imediatamente (em até 02 horas após a convocação)**, através de fax ou e-mail, a planilha com a especificação do objeto e com os preços unitários e totais de cada item que componham o grupo (lote) arrematado (*vide “Forma de apresentação da Proposta”*), bem como todos os documentos de habilitação elencados no Anexo II deste Edital, e quando for o caso, os documentos que estejam solicitados no Anexo I, sob pena de desclassificação da licitante, além das demais penalidades previstas neste Edital.

29) Ao licitante classificado em primeiro lugar caberá a apresentação, **pessoalmente** (ou entregue por portador / correios), da referida Proposta detalhada (*na forma indicada no item “Forma de apresentação da Proposta”*) e os documentos listados no Anexo II deste Edital (além dos documentos e amostras que eventualmente estejam solicitados no Anexo I), em **originais ou fotocópias autenticadas por Tabelião** ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (*Diário Oficial*) ou por membro da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A (nesse caso, o interessado deverá fazer contato com a

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

CPL, que procederá a autenticação dos documentos, e devolvê-lo ao licitante, que deverá protocolar o envelope no SETOR DE PROTOCOLO da SPTURIS (ao lado da Recepção da Sede Administrativa). A proposta e os documentos deverão chegar no endereço constante do preâmbulo deste Edital, SETOR DE PROTOCOLO, **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis posteriores à data do encerramento da Sessão Pública do Pregão, independentemente de comunicação do Pregoeiro,** sob pena de desclassificação da licitante, além das demais penalidades previstas neste Edital. O SETOR DE PROTOCOLO procederá o recebimento, com carimbo contendo data, horário e nome do responsável pelo recebimento.

30) O Pregoeiro poderá solicitar no **chat de mensagens aberto no Sistema, desde o encerramento da disputa até a efetiva homologação do processo licitatório**, a documentação das demais licitantes classificadas, obedecendo a ordem de classificação, para garantir a aquisição do objeto dentro das exigências do Edital. As empresas convocadas que não apresentarem a documentação estarão sujeitas às penalidades previstas neste Edital, ficando de inteira responsabilidade dos licitantes o acompanhamento das mensagens e dos resultados naquele Sistema até a homologação do certame.

30.1) O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

31) No pressuposto de que todos os licitantes estejam obrigatoriamente habilitados para a disputa do certame, o Pregoeiro poderá, a seu critério, dispensar a apresentação da documentação através de fax/email, solicitando o envio da documentação que integrará, definitivamente, o processo (cópias autenticadas por Tabelião ou em original), ao licitante vencedor do grupo (lote), assim como aos demais convocados.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

12 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

32) Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

33) A autoridade competente da São Paulo Turismo S.A., observando-se o motivo do desatendimento das exigências habilitatórias, aplicará as penalidades previstas neste Edital.

34) Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada VENCEDORA e, transcorridas as fases e os prazos legais, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

35) O acompanhamento dos resultados, mensagens do pregoeiro, recursos e atas pertinentes a este edital DEVERÃO ser consultados no Sistema LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br).

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PELO LICITANTE CONVOCADO

36) O licitante vencedor da disputa e todos os demais que forem convocados pelo Pregoeiro através do Sistema eletrônico, deverão apresentar **a proposta DETALHADA e os documentos exigidos nos Anexos I e II do Edital, conforme estabelecido nos itens 28 e 29**, devendo ser endereçados à Comissão Permanente de Licitações da SÃO PAULO TURISMO S.A., A/C. Pregoeiro, apresentando proposta e declarações que devem ser emitidas pelo licitante, em papel timbrado, constando ainda os dados da empresa, endereço completo, telefone para contato, fax, e-mail, data, nome do responsável legal e assinatura deste. Os documentos e proposta deverão ser protocolados no SETOR DE PROTOCOLO da SPTURIS (ao lado da recepção da Sede Administrativa).

37) A proposta a ser entregue pelo licitante vencedor e demais convocados, deve ser **detalhada**, segundo o modelo do ANEXO III-C, em original, em papel timbrado da licitante, com impressão em uma só das faces de cada folha, sem rasuras, devidamente datada e assinada, com a respectiva identificação e indicação do cargo de quem a assina, constando:

- a) O nome da empresa, razão ou denominação social, endereço completo, contendo o nº do CNPJ;
- b) A especificação dos serviços e/ou materiais ofertados, observando as especificações e condições elencadas no **ANEXO I** do presente Edital e demais informações que a

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

licitante julgar necessárias, bem como a marca ofertada quando o Edital assim o exigir;

c) os valores da **proposta final, contendo os preços unitários e totais, e ainda o preço global da proposta, em algarismos e por extenso** (*preços corrigidos de acordo com os eventuais lances ocorridos durante a sessão, cuja resultante deverá ser o preço para o valor unitário apresentado, com no máximo **DUAS casas depois da vírgula, sem necessidade de arredondamento**, com o detalhamento de todos os custos, diretos e indiretos, especificando encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão-de-obra, materiais, despesas diversas, lucro, enfim, todos os componentes de custo dos serviços necessários a adequada prestação do objeto de que trata este procedimento licitatório*).

Obs.: Fica entendido que o preço global da proposta é o somatório dos preços totais de cada item.

d) **A forma de pagamento, a validade da proposta, o prazo de execução dos serviços e/ou a entrega de materiais, o prazo de garantia, etc.**, nos termos preconizados no **Anexo I** deste Edital.

Obs.: Na hipótese de omissão na proposta de quaisquer das informações elencadas no item 37 – alínea “d”, ficarão subentendidos os respectivos prazos definidos no Anexo I deste Edital.

38) A mera apresentação da proposta NO SISTEMA ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL – LICITAÇÕES-E (www.licitacoes-e.com.br) pelo interessado implicará na manifestação da sua **concordância em assumir inteira responsabilidade pela adequada e fiel execução do compromisso assumido**, dentro dos prazos estabelecidos e nos termos do presente Edital.

38.1) Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do **licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

38.2) Não serão aceitas propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

14 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

39) A proposta deverá seguir o modelo constante do ANEXO III - C deste Edital juntamente com a declaração de atendimento aos requisitos de formulação de proposta.

MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

40) As licitantes enquadradas nos regimes “Microempresa - ME” e “Empresas de Pequeno Porte - EPP” terão tratamento diferenciado e favorecido neste Pregão Eletrônico, conforme artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06 e Decreto Municipal 56.475/15;

41) Serão consideradas, para os efeitos deste Pregão, “Microempresas” e “Empresas de Pequeno Porte” aquelas sociedades empresárias, sociedades simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e empresários enquadrados nos termos do Art. 3º da Lei Complementar 123/06.

42) Para a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, as licitantes deverão declarar tal condição, mediante os meios disponibilizados pelo Sistema. A não indicação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no campo apropriado da proposta eletrônica, acarretará sua desclassificação.

43) A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas na legislação pertinente e, em especial, o disposto no item 67 deste edital, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

44) Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal** das empresas enquadradas como ME ou EPP, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, a critério do Pregoeiro.

44.1) A não-regularização da documentação, nos termos do item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Av. Olavo Fontoura, 1209 – Parque Anhembi – São Paulo – SP – CEP 02.012-021

E-Mail: licitacoes@spturis.com

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

44.1.1) As sanções cabíveis são as estabelecidas para as hipóteses de descumprimento total das obrigações assumidas, nas Leis federais 8.666/93 e 10.520/02 e neste edital (itens 67 e 69).

COOPERATIVAS

45) Se a licitante for cooperativa de trabalho, aplicar-se-á o disposto no Ato Declarativo Interpretatório RFB nº 1, de 23 de janeiro de 2017, que alterou o Ato Declarativo Interpretatório RFB nº 5, de 25 de maio de 2015, em razão da Resolução do Senado Federal nº 10/2016, que suspendeu a execução do inciso IV do art. 22 da Lei Federal nº 8.212/1991.

45.1) As sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do “caput” do artigo 3º da Lei Complementar 123/06, exceto quando vedada a sua participação em licitações e contratações, nos termos do § 1º do artigo 1º da Lei Municipal 15.944/13, poderão fazer jus aos benefícios concedidos pelo Decreto Municipal 56.475/15.

46) Nos termos da orientação firmada pela Receita Federal do Brasil, a alíquota de contribuição previdenciária devida pelo contribuinte individual que presta serviço a empresa ou a pessoa física por intermédio de cooperativa de trabalho é de 20% (vinte por cento) sobre o salário de contribuição definido pelo inciso III ou sobre a remuneração apurada na forma prevista no § 11, ambos do art. 28 da Lei nº 8.212/1991.

47) O presente edital obedece integralmente o acordado no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público do Trabalho e a São Paulo Turismo S/A, homologado pelo MM. Juiz da 29ª Vara do Trabalho de São Paulo, nos autos da Ação Civil Pública, Processo nº 2649/2002 e do Decreto Municipal nº 52.091/11, art 1º § 2º, I.

48) Os serviços devem ser prestados com absoluta autonomia dos cooperados em relação ao tomador de serviços.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

49) A disputa de lances no Sistema dar-se-á pelo **PREÇO GLOBAL**. No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas e condições definidas no Anexo I deste, bem como as exigidas no presente Edital.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

16 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

DOS RECURSOS

50) O licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo em até 24 (vinte e quatro) horas após a “Declaração do Vencedor” no Sistema, manifestando **obrigatoriamente** sua **intenção** de recurso com **registro da síntese** das suas razões, no **campo apropriado do Sistema (“acolhimento de recurso”)**. O Pregoeiro fará análise da **motivação** da intenção de recurso, procedendo então sua aceitabilidade ou cancelamento. O licitante terá o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso e igual prazo terão as demais licitantes para a apresentação das contra-razões, contado do término do prazo da recorrente.

50.1) O encaminhamento do registro de intenção de recurso é possível somente por meio eletrônico (Sistema LICITAÇÕES-E).

50.2) É assegurada vistas imediatas dos autos a qualquer interessado, após o Pregoeiro “declarar o vencedor”, alterando o status da licitante arrematante para “Declarado Vencedor” no Sistema eletrônico www.licitacoes-e.com.br.

51) A falta de manifestação **motivada** da intenção do recurso no Sistema (“Acolhimento de Recurso”), no prazo máximo de 24 horas a partir da declaração de vencedor, quando abre-se o prazo para manifestação (conforme indicado no item 50), importará a decadência do direito de recurso.

52) Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

53) Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo licitante.

54) As razões de recurso ou de contra-razões de que trata o item 50 deverão ser endereçados à Avenida Olavo Fontoura, 1209 – Portão 35 – Parque Anhembi – Santana, São Paulo – SP, A/C Comissão Permanente de Licitações.

55) Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo.

56) O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

57) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação, ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à São Paulo Turismo S.A. pelo infrator:

I - advertência;

II - multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, quando houver;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

58) A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

59) No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

60) Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

61) A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer, em especial:

I - execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

62) Em caso de infrações, a São Paulo Turismo S.A. poderá aplicar as seguintes penalidades de multa:

I - Quando da convocação para assinatura do respectivo Termo Contratual, ou retirada do

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

18 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

seu substitutivo, se a empresa adjudicatária não o fizer ou não entregar a documentação exigida como condição de assinatura do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data da convocação, a mesma será penalizada na forma da legislação em vigor e acarretará na aplicação de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor total que seria contratado;

II - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o valor referente à fração do objeto do contrato não executada na forma solicitada, a critério exclusivo da CONTRATANTE, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), porcentagem esta que será a aplicada em caso de inexecução total do contrato;

III - Multa de 1% (um por cento) se houver atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, a ser calculada por dia que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato à época ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas;

63) Em caso de inexecução total do compromisso, ensejará na rescisão unilateral e será aplicada a multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

64) As penalidades de multa poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, não terão caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

65) A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados à São Paulo Turismo S.A. serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

66) A CONTRATADA desde logo autoriza a CONTRATANTE a descontar dos valores por ela devidos o montante das multas a ela aplicadas.

67) A suspensão temporária e a declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas quando ocorrer, em especial:

I - apresentação de documentos falsos ou falsificados;

II - reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;

III - atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

IV - reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;

V - irregularidades que ensejem a rescisão contratual;

VI - condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VII - prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;

VIII - prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o licitante idoneidade para contratar com a São Paulo Turismo S.A..

IX – Desistência da proposta comercial, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro

68) A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Diretor Presidente da São Paulo Turismo S.A. quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

69) Na hipótese do licitante vencedor deixar de entregar a planilha de preços ou documentação, no prazo fixado nos itens 28 e 29 deste Edital e/ou em seu anexo I, respectivamente, ou ainda desistir da sua proposta, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) do valor total do proposto.

69-A) Na hipótese do licitante não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar proposta ou formulário, será aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor total do proposto.

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

70) Homologada a licitação pela autoridade competente, a São Paulo Turismo S.A. convocará regularmente a adjudicatária para assinar e retirar o respectivo Termo Contratual, ou o seu substitutivo, no prazo de até dois (02) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

20 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

71) Por força do disposto na Lei Municipal 14.094/05 e no Decreto Municipal 47.096/06, a São Paulo Turismo S.A. está impedida de contratar, e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. Será verificada no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> se a empresa vencedora está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal - da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Controladoria a cada pagamento.

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

72) Todas as condições contratuais estão dispostas no Anexo IV - Minuta do Contrato, ou, conforme o caso, Minuta de Autorização de Serviço, prevalecendo para o caso de cessão, transferência ou subcontratação, o constante nos subitens 72.1, 72.2 e 72.3.

72.1) O objeto a ser contratado não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação.

72.2) Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data limite para a apresentação da proposta ou do orçamento a que esta proposta se referir, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual com base no índice relativo ao centro da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, conforme determinado no Decreto Municipal 57.580 de 19/01/2017.

72.2) Na hipótese da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ultrapassar, nos 12 (doze) meses anteriores à data base do contrato, o centro da meta, em quatro vezes o intervalo de tolerância estabelecido pelo CMN, o reajuste de que trata o parágrafo anterior desta cláusula será correspondente ao próprio IPCA verificado no período em questão.

DISPOSIÇÕES FINAIS

73) No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

74) A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a São Paulo Turismo S.A. revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

21 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

75) O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

76) É facultado ao Pregoeiro, à autoridade a ele superior, ou ainda representante designado por eles, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

77) Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/ inabilitação.

78) O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

79) As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

80) As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas através do Sistema Eletrônico de Compras, na página correspondente à licitação, e poderão ser estendidas aos proponentes por qualquer outro meio de comunicação ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

81) Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário, por despacho motivado, se, após ou durante a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

82) Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

São Paulo, 29 de junho de 2017.

Paulo Rogerio de Almeida
Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
São Paulo Turismo S.A.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

22 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

LOTE 1 (ÚNICO)

OBJETO

Contratação sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento, conforme condições e especificações abaixo:

EVENTO

“XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”

DATA/LOCAL

15 a 18 de Agosto de 2017

Horário: das 08h00 às 19h00

Palácio das Convenções do Parque Anhembi - Santana

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Deverá estar incluso locação de todos os componentes de montagem física de pisos, forração, divisórias, tetos, acabamentos, mobiliários, iluminação, comunicação visual, bem como instalações provisórias de infraestrutura, acompanhamento da montagem, evento e desmontagem.

Deverá também acompanhar a desmontagem completa destes componentes e recomposição do espaço do Palácio nas mesmas condições de seu recebimento.

Deverá estar incluso toda a mão de obra necessária, uniformizada e respectivos equipamentos de trabalho/proteção e ferramental necessários à execução do serviço de montagem e desmontagem.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

EQUIPE

A Contratada deverá, na montagem e desmontagem, manter equipe mínima composta por 01 coordenador, 04 montadores, 02 eletricitas, 03 carregadores e 02 aplicadores para adesivagem.

- O uniforme será constituído de: sapato de proteção, calça (a cor e o modelo serão adotados conforme critério da Contratada), camiseta que poderá apresentar uma identificação frontal da contratada em dimensões não superiores a 12 cm por 12 cm e outra nas costas em dimensões não superiores a 30 cm por 12 cm e portando itens de proteção individual quando necessários.
- Nos dias 15, 16, 17 e 18/08/2017 (das 08hs às 19hs) deverá ser mantido no local plantão através de profissional portando as ferramentas necessárias para a manutenção dos pontos de energia instalados e da estrutura montada.

Montagem de área de credenciamento com 10 baias – aproximadamente 56 m²

Chapas estruturais modulares na cor branca, estruturadas com perfis de alumínio anodizado, com pé direito de 2,70cm de altura, com porta e chave.

A frente para o atendimento dos participantes com 09 baias padrão e 01 mais baixa para atendimento preferencial e às pessoas que utilizam cadeiras de rodas.

Uma sala anexa ao credenciamento para equipe de automação. Porta externa com chave.

Instalação de 56m² de carpete forração de primeiro uso, na cor cinza grafite aplicado diretamente no piso local, por meio de fita dupla face. A fixação deverá ser feita diretamente sobre o piso do local, com fita dupla face com alma em plástico (filme) plástico de fácil remoção, posterior ao evento.

Instalação de carpete forração de primeiro uso, na cor cinza grafite, com as mesmas especificações acima, para frente da área do credenciamento.

Forro tipo pergolado, estruturado com os devidos travamentos.

Iluminação por meio de calhas de alumínio e lâmpadas fluorescentes diretamente sobre os balcões de atendimento.

Instalação de 02 pontos de tomada na tensão disponível do local (127V) na sala anexa, conforme orientação do responsável no local.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

24 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

Instalação de 20 pontos de tomadas na voltagem da rede local (127V) com capacidade de carga de até 500W x 220V para os micros, suficientes para ligar 10 computadores e 05 impressoras.

Fechamento frontal em estrutura modulada de alumínio com placas de MDF com pintura na cor branca e o tampo em MDF na cor branca.

Cada módulo com aproximadamente de 1,00m x 1,06m X 2,70m.

Internamente na parte frontal, bancadas moduladas nas dimensões de 0,50m (profundidade) x 1,00m (largura) x 0,77 m (altura) para atendimento e instalação dos micros de credenciamento.

Identificação por texto - **CRENCIAMENTO** em vinil adesivo preto sobre fundo branco, medindo mínimo de 0,50m e máximo de 1,00 m.

As testeiras tipo spyder deverão ser logotipadas por baia através de adesivos. Esses logos serão impressos em película adesiva conforme arquivo eletrônico que será encaminhado pela São Paulo Turismo em até 24 horas após assinatura do contrato.

Balcão ao fundo, revestido de lonita branca em dois níveis para acomodar o material que será entregue aos participantes.

Sala anexa para a equipe de suporte do credenciamento. Deve haver porta de interligação entre a sala e o credenciamento e uma porta entre a sala e a área externa. Medida de 4X 3m, utilizando os mesmos materiais do credenciamento.

13 Cadeiras sendo: 10 para atendimento as bancadas e 3 para a equipe de suporte. Cadeira não giratória, sem braço, em estrutura metálica, assento estofado na cor cinza.
01 mesa de escritório em fórmica branca ou cinza retangular para a sala anexa.

Aplicação de adesivo do logo no evento na parede frontal (tipo spyder) do credenciamento. Medida aproximada de 3,00 X 2,65m.

40 Pilotis cromados, conforme especificação abaixo.

Processo nº	Folha nº
0268/17	


25 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

Locação de Equipamento / Mobiliário (Ambientação)

Equipamento/Mobiliário	Qde.	Descrições
Pedestal (orientador de fila)	40	cromados com aproximadamente 0,96m (altura) x 2m (comprimento) – fita retrátil. Todos de mesmo modelo e sem logotipo. 
Cadeiras (credenciamento)	13	não giratória, sem braço, em estrutura metálica, assento estofado na cor cinza 
Mesa retangular de escritório (Sala anexa do credenciamento)	01	1,20 (L)x 0,66 (P) x 0,75 m (A) 

Obs.: Os materiais deverão ser novos, sem riscos ou ranhuras.
Será aceita variação de até mais ou menos 10% nas dimensões especificadas.

CONDIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA deverá enviar fotos dos mobiliários para conhecimento da SPTURIS.

A CONTRATADA deverá iniciar a montagem no dia **15 de agosto, a partir das 07h00**, devendo as estruturas estar prontas até às **14h00 do mesmo dia**.

A CONTRATADA deverá iniciar a desmontagem a partir das 18h30 horas do dia 18 de agosto de 2017, e terminar a desmontagem até às 06h00 horas da manhã do dia 19 de agosto.

A CONTRATADA fica responsável por despesas com **estacionamento** gastos durante a montagem, desmontagem e realização do evento.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

26 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

Os materiais ou equipamentos não devem apresentar ferrugem, sujeira, poeira, oleosidade ou gordura, resíduos de colas, restos de adesivos, rasgos, furos, rachaduras, empenamentos, cortes, fios desencapados, peças quebradas ou molhadas ou soltas, amassados, manchas de qualquer espécie. Todas as maçanetas, fechaduras, trancas e chaves devem funcionar. As dobradiças das portas devem estar lubrificadas para evitar rangidos. Toda a parte elétrica deve possuir disjuntor, interruptor (para iluminação) e isolamento elétrico. Todas as tomadas devem atender a norma BR 14.136:2002 da ABNT (novo padrão de tomadas brasileiro).

Toda adesivagem deve ser realizada sem deixar bolhas e ressaltos na superfície e a arte deve ser impressa com resolução mínima de 720 DPI.

A CONTRATADA é responsável pela devolução do espaço limpo, inclusive pela total retirada dos resíduos de cola deixados pela fita dupla face usada durante a fixação do carpete.

A CONTRATADA deverá designar por escrito o(s) preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução deste contrato, incluindo número de telefone que servirá para plantão 24 horas.

Será disponibilizada aos interessados, visita técnica facultativa ao local do evento que deverá ser previamente agendada na Gerência de Eventos da SÃO PAULO TURISMO S/A pelo telefone 2226-0635 com Magda.

A data de recebimento da Autorização de Serviços será o início de sua vigência com término em 18/09/2017

DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES JUNTAMENTE COM A PROPOSTA COMERCIAL

1. A LICITANTE ARREMATANTE deverá enviar fotos dos mobiliários para conhecimento da SPTURIS.
2. Declaração assinada pelo representante legal da empresa, de que os colaboradores envolvidos na prestação do serviço possuem com ela, relação jurídica válida no que concerne ao atendimento das legislações trabalhistas e civis aplicáveis.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

PENALIDADES ESPECÍFICAS

Nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, a contratada incorrerá, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades se necessário, nas seguintes penalidades específicas na forma de multa:

- a) Ausência do material/mobiliário: 5% sobre o valor de cada item ausente;
- b) Atraso, mesmo que parcial, na entrega ou descumprimento da característica e da condição do material/mobiliário: 5% sobre o valor de cada item executado de forma imperfeita;
- c) Atraso, ausência, saída antecipada do plantonista responsável pelo acompanhamento do evento: 10% sobre o valor de cada parcela do contrato executada de forma imperfeita;

Caso exista mais de uma falha nos itens a, b ou c, ou ainda, combinação de falhas entre estes tipos, de forma simultânea, a multa será de **20%** sobre a parcela do contrato executada de forma imperfeita.

Obs.: entende-se por simultâneo a falha de 2 ou mais itens durante a prestação do serviço em mesmo período.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Executar fielmente o ajustado, prestando os serviços descritos deste Anexo, de acordo com o Edital e a proposta apresentada na licitação, estipulados neste instrumento, em perfeitas condições de uso para o fim a que se destinam.
2. Prestar à São Paulo Turismo S.A., sempre que necessário, esclarecimentos sobre os serviços prestados, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização dos mesmos.
3. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
4. Responsabilizar-se única e exclusivamente, pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições previdenciárias, trabalhistas, de FGTS; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas na presente contratação, inclusive as despesas decorrentes de

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

28 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 **PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17**

alimentação, transporte, assistência médica e de pronto-socorro que forem devidas a sua equipe.

5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou parte, o objeto do Contrato, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais e mão de obra empregada na montagem e durante o transcorrer de cada um dos eventos, sem comprometer o andamento do evento.
6. A CONTRATADA fornecerá toda a supervisão, direção técnica e administrativa e mão de obra qualificada necessária à execução dos serviços contratados, bem como também, todos os materiais e equipamentos ofertados em sua proposta comercial.
7. A CONTRATADA facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização da CONTRATANTE, provendo o fácil acesso aos serviços em execução e atendendo prontamente as observações, exigências, recomendações técnicas e administrativas por ela apresentadas.
8. A CONTRATADA providenciará a retirada imediata de qualquer trabalhador seu, cuja permanência seja considerada inconveniente para a adequada prestação dos serviços.
9. A CONTRATADA indicará o responsável técnico e o preposto que o representará na prestação dos referidos serviços, para receber as instruções, bem como propiciar à equipe de fiscalização da CONTRATANTE, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom e adequado cumprimento e desempenho de suas tarefas.
10. A CONTRATADA deverá também se responsabilizar por seguro contra incêndio, roubo, furto e acidentes que porventura possam ocorrer com equipe, equipamentos e terceiros, em sinistros decorrentes da execução do objeto do contrato, inclusive seguro de responsabilidade civil e danos a terceiros, isentando a CONTRATANTE de qualquer indenização ou ressarcimento.
11. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato. Não exclui ou reduz essa responsabilidade a fiscalização efetuada pela Gerência de Eventos da CONTRATANTE.
12. O descumprimento das normas trabalhistas, de FGTS e previdenciárias pertinentes aos contratos de trabalho envolvidos na prestação dos serviços a que se relaciona a presente contratação, poderá dar ensejo à retenção dos valores devidos à CONTRATADA, inclusive a garantia prestada.
13. Manter seu pessoal uniformizado durante a execução do serviço, identificando-os através de crachás constando a função e data de admissão e número do PIS/PASEP,

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 **PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17**

nos termos do art, 5º da IN MTE 03/97, com fotografia recente e provendo-os dos equipamentos de proteção individual - EPI's quando obrigatórios.

14. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus trabalhadores acidentados ou com mal súbito, comunicando os acidentes do trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de comunicação de acidentes do trabalho – CAT, imediatamente após a sua ocorrência.
15. Instruir seus trabalhadores quanto à necessidade de acatar as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como a prevenção de incêndio nas áreas dos eventos em que a CONTRATANTE estiver atuando.
16. Cumprir os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas internas de segurança e medicina do trabalho para com os funcionários, bem como pelos atos por eles praticados.
17. Respeitar a legislação vigente e observar as boas práticas técnicas e ambientalmente recomendadas, atividades essas da inteira responsabilidade da CONTRATADA que responderá em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.
18. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à CONTRATADA responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo evidentemente, as disposições legais que interfiram em sua execução ou quaisquer responsabilidades pelos danos causados diretamente a SÃO PAULO TURISMO S.A. e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de execução do contrato.
19. Assegurar que todo trabalhador que cometer falta disciplinar ou não portar-se condizente com o local de trabalho, não prestará mais nenhum tipo de serviço para a CONTRATANTE;
20. Caso a Contratante venha a ser demandada por terceiros que se julguem prejudicados, bem como a Contratante venha a experimentar prejuízo patrimonial em decorrência dos serviços prestados pela contratada, esta deverá se responsabilizar pelos pagamentos, inclusive mediante retenção de valores pendentes de pagamento, caso existam contratos ainda vigentes ou ainda por outras medidas processuais cabíveis, caso a contratada já não preste serviços à Contratante.
21. Caso a Contratante tenha efetuado qualquer retenção nos pagamentos da Contratada, nos termos do item anterior, a Contratante devolverá à Contratada, se for o caso, o saldo entre o valor retido, sem adicionais de qualquer natureza, o total do valor da indenização, acrescido das respectivas custas com o processo.
22. A Contratada deverá cumprir com os requisitos da NR 5, em especial o item 5.6.4. mantendo durante a execução do contrato um responsável pelo cumprimento da NR acima citada, salvo se estiver obrigada a compor Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

30 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

23. Caso a atividade objeto desta licitação seja impeditiva ao SIMPLES NACIONAL, a Contratada, que seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá atender integralmente aos termos dos Artigos 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº. 123/2006.
24. Tendo em vista que a empresa CONTRATADA necessita comprovar relação jurídica válida em relação aos trabalhadores colocados à disposição da CONTRATANTE e considerando ainda que nos termos do art. 12, inciso V, alínea “g” da Lei 8.212/91 toda pessoa que preste serviço, ainda que em caráter eventual, a uma ou mais empresas e sem relação de emprego é considerado como contribuinte individual perante a Previdência Social; caso a relação jurídica válida a ser apresentada seja a de contribuinte individual (mão-de-obra sem vínculo empregatício/eventual) a empresa está obrigada a:
- a. cumprir e comprovar o cumprimento de todas as obrigações acessórias decorrentes desse tipo de contratação, inclusive com o recolhimento do seu encargo previdenciário nos moldes do art. 22, I da Lei 8.212/91 (20% - cota patronal);
 - b. reter o percentual do contribuinte (11% - cota do trabalhador) sobre a remuneração auferida, nos termos do art. 28, III e art. 30, I, “b” e parágrafo quarto da mesma Lei;
 - c. preparar e informar GFIP relacionando os trabalhadores a seu serviço com fulcro no art. 32, I e IV da Lei 8.212/91 combinado com o art. 47, V e art. 134 da IN RFB 971/09, fornecendo cópia do documento aos trabalhadores e para a Contratante sempre que requerido.
- Porém, o cumprimento desta cláusula, por si só, não exime a contratada do reconhecimento de vínculo empregatício em relação aos seus trabalhadores quando presentes os elementos ensejadores previstos no art. 3º da CLT; podendo a Contratante, verificados tais requisitos, exigir sua devida regularização.
25. A CONTRATADA é responsável pela emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) em cada evento. Sempre que solicitada a ART ou RRT deverá ser apresentada com o devido recolhimento das taxas e acompanhada da cópia do CREA/CAU do Profissional Responsável.
26. A CONTRATADA providenciará, sempre que solicitado, a emissão de atestados, declarações e toda a documentação relativa aos equipamentos/serviços para a viabilização dos eventos junto aos órgãos fiscalizadores e competentes como SEGUR (antigo CONTRU), Corpo de Bombeiros, CET e etc.;

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

27. A CONTRATADA é responsável pela montagem, manutenção, desmontagem e transporte de todos os itens locados;
28. A CONTRATADA deverá conduzir a montagem de acordo com orientação do responsável da São Paulo Turismo no local;
29. Os trabalhadores escalados devem seguir escalas de revezamento respeitando as leis trabalhistas e demais normas acerca do assunto. Os postos não se confundem necessariamente com trabalhador, pois os postos devem sempre estar preenchidos, independentemente da quantidade de trabalhadores que seja necessária para suprir a carga horária necessária às montagens, cabendo à CONTRATADA o atendimento dos postos que sejam necessários, cumprindo para isso todas as normas trabalhistas vigentes, notadamente quanto as da jornada de trabalho (previsão em acordo / convenção coletiva), repouso semanal remunerado, intervalos legais, adicionais legais e convencionais que sejam devidos e demais vantagens conferidas à categoria decorrentes de documentos coletivos. Assim, os trabalhadores escalados devem seguir escalas de revezamento, nos termos da legislação trabalhista, a fim de atender o período das montagens em sua integralidade.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. Prestar todas as informações necessárias ao fiel cumprimento do presente instrumento.
2. Atestar a Nota Fiscal / Fatura de acordo com a entrega efetuada ou serviço prestado, quando em conformidade com o contrato, encaminhando-a ao setor competente para as providências relativas ao pagamento, conforme segue:
 - 2.1. Receber **provisoriamente** o objeto, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação do documento fiscal por parte do contratado, exceto os casos previstos nos incisos I, II e III do **Art. 74 da Lei 8.666/93**;
 - 2.2 Receber **definitivamente** o objeto, por funcionário distinto do subitem anterior, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório de que trata o item 2.1 antecedente, ou 15 (quinze) dias úteis, contados da data do encerramento do serviço prestado se o recebimento provisório for dispensável.
 - 2.3 As disposições dos itens 2.1 e 2.2 ficam condicionadas ao regramento contido nos artigos 73 e 74 da Lei Federal 8.666/93.
3. Fiscalizar a execução do ajuste.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

32 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto do contrato somente será recebido após a prestação dos serviços, quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste e com o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e arts. 50 e 51 do Decreto Municipal 44.279/03.
2. Após a prestação do serviço, a CONTRATADA comunicará por escrito ao funcionário responsável pela fiscalização do contrato, que atestará e lavrará termo de recebimento provisório, assinado pelas partes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação.
3. Funcionário ou comissão designada procederá à observação do fornecimento no prazo de 10 (dez) dias úteis. Verificando-se vícios, defeitos ou incorreções, a contratada fica obrigada a repará-los. Estando adequada a execução do objeto aos termos contratuais, lavrar-se-á termo de recebimento definitivo, assinado pelas partes.
4. Os termos de recebimento provisório e definitivo não eximirão a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.
5. A responsabilidade da contratada pela qualidade, correção e segurança dos serviços executados subsistirá na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. A CONTRATADA emitirá nota fiscal ou fatura após o recebimento provisório do serviço e, em até 3 (três) dias úteis da sua emissão, entregará no Setor Protocolo Geral da contratante, situado na Avenida Olavo Fontoura, 1.209, portão 35, Município de São Paulo – SP. Na hipótese de nota fiscal eletrônica de outros Estados ou Municípios, seu encaminhamento poderá ser feito eletronicamente, no e-mail rpvicente@spturis.com, no prazo estipulado. Juntamente com a nota fiscal ou fatura, a contratada deverá entregar certidões fiscais atualizadas.
2. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou da fatura do serviço. Recaindo o último dia do prazo em sábado, domingo ou feriado, o pagamento se fará no primeiro dia útil subsequente.
3. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que forem cumpridas.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

33 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

4. Ocorrendo eventual atraso no pagamento, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação de mora (TR+0,5% "*pro-rata tempore*"), observando-se para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu, nos termos da Portaria 5/12 da Secretaria Municipal de Finanças.
5. Não será realizado o pagamento se em nome da contratada constarem pendências no "Cadastro Informativo Municipal – CADIN."

Valor Máximo Admitido para a Contratação

O Valor Máximo Admitido para a contratação é de: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

.....

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

34 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO II – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

1 – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1) O licitante convocado deverá encaminhar, nos termos do Edital, a seguinte documentação exigida como condição habilitatória:

1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 - No caso de firma individual: Prova de registro na Junta Comercial ou repartição Correspondente.

1.1.2 - No caso de Sociedade Mercantil: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

1.1.3 - No caso de Sociedade por Ações: Ato Constitutivo ou Estatuto Social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado da ata da assembléia, devidamente registrada que elegeu a última diretoria.

1.1.4 - No Caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no órgão competente, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

1.1.5 - No caso de Cooperativa: Atas das Assembléias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor, devidamente arquivadas na Junta Comercial, e Ata de Eleição dos Administradores em exercício de mandato. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a Cooperativa a contratar o objeto desta licitação. Listagem contendo o nome de todos os cooperados.

1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

1.2.1 - Prova de inscrição no **CNPJ**.

Processo nº	Folha nº
0268/17	



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

1.2.2 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Esta comprovação poderá ser feita ainda através da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, onde conste que a certidão abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991.

1.2.3 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por intermédio de **Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF / FGTS**, expedida pela Caixa Econômica Federal.

1.2.4 - **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.5 - Prova de regularidade para com a **Fazenda do Município de São Paulo**, relativa aos **TRIBUTOS MOBILIÁRIOS** da empresa licitante, seja matriz ou filial, esta Certidão deverá ser a do CNPJ cadastrado para esta licitação (*em caso da empresa estar sediada no município de São Paulo*);

1.2.6 - Na hipótese da empresa licitante não estar cadastrada como contribuinte neste Município de São Paulo, a mesma deverá apresentar “**Declaração**”, firmada pelo respectivo representante legal, sob as penas da lei, do não-cadastramento e de que nada devem à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos Tributos Mobiliários. Essa declaração deverá acompanhar a Prova de Regularidade (Certidão de Tributos Mobiliários) do município onde a empresa está sediada (*item 1.2.6*)

1.2.7 - **Declaração** para fins do disposto no Artigo 27, Inciso V, da Lei Federal nº 8666/93, conforme Anexo III deste Edital.

1.2.8 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

36 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade, por intermédio de Atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado emitido em papel timbrado do atestante, constando o cargo e o nome legível do signatário, bem como os respectivos nºs de telefone de contato, para uma eventual consulta; comprovando-se que a licitante já tenha prestado, satisfatoriamente, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, ou seja, montagem de salas temporárias do tipo modular em alumínio anodizado e placas, ou do tipo placa de reboco, ou do tipo divisórias, ou do tipo sarrafo e MDF.

1.3.1.2. A comprovação de aptidão de que trata o item antecedente poderá ser feita por intermédio de Atestado de Capacidade Técnica em nome e com o nº do CNPJ da matriz e/ou em nome e com o nº do CNPJ da filial da empresa licitante.

1.3.1.3. A fim de verificar a autenticidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado em atendimento ao item 1.3.1 acima, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação dos respectivos contratos e/ou notas fiscais referentes ao documento apresentado. A apresentação deverá ser em até dois dias úteis após a solicitação.

1.3.2 Certidão de Registro da Pessoa Jurídica da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da região em que a mesma estiver vinculada.

1.3.3. Certidão Atualizada de Registro da Pessoa Física do(a) profissional Arquiteto ou Engenheiro (Civil ou Mecânico) - Responsável Técnico da empresa licitante, no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

1.3.4. Comprovação de que o(s) responsável(eis) técnico(s) possui relação jurídica válida com a licitante, deve ser feita com a apresentação da Carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho ou Contrato Social, no caso de sócio ou diretor e Ata de Eleição de Diretoria no caso de "S.A.", Ficha de Registro do Trabalhador, ou anotação na Certidão de Registro da Pessoa Jurídica (CREA OU CAU) ou simples declaração do Responsável Técnico informando que se responsabilizará pelo serviço descrito no prego.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1. **Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.**

1.4.1.1 No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

1.4.1.2 No caso de certidão positiva, a proponente deverá juntar a certidão de objeto e pé, expedida pelo ofício competente esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

1.5 – QUALIFICAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.5.1. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e Cooperativa, conforme o art. 34 da Lei Federal 11488/07, a licitante deverá apresentar declaração, conforme Anexo III-A deste Edital, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, de que se enquadra nessa condição, nos termos e para os efeitos dos benefícios da Lei Complementar 123/06, e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Essa declaração deverá ser assinada por quem detém poderes de representação da licitante, e deverá ser emitida na data desta licitação.

Não será aceita Declaração emitida com data anterior à da licitação, bem como Declaração emitida de forma genérica e/ou contendo 'prazo de validade', uma vez que a condição tanto para o enquadramento, quanto para a utilização dos benefícios previstos na LC-123/06 e na LC-147/14, deve estar efetivamente caracterizada na data da sessão pública da licitação.

OBSERVAÇÕES

1. A documentação de que trata este Anexo deverá ser apresentada em **original ou por qualquer processo de cópia, devidamente autenticada por Tabelião ou por publicação em órgão da Imprensa Oficial (Diário Oficial) ou por membro da**

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

38 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

Comissão Permanente de Licitações (CPL) da SÃO PAULO TURISMO S.A.. Após examinados pelo Pregoeiro, os referidos documentos serão anexados aos autos do Processo de Compras. O horário de atendimento da CPL para autenticação de documentos é das 09:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h. Não será feita autenticação de documentos fora do horário estabelecido. Os documentos autenticados serão devolvidos ao interessado, que deverá protocolar todos os documentos e proposta, no Setor de Protocolo da SPTURIS.

2. Quando se tratarem de Documentos / Certidões obtidas e expedidas pela *Internet*, a Comissão de Licitações promoverá a devida verificação da autenticidade e da validade das mesmas junto aos endereços eletrônicos pertinentes, como condição *"sine qua non"* para a devida habilitação da licitante no certame.
3. Nos documentos em que não houver prazo de validade assinalado, **serão considerados válidos os emitidos até 180 (cento e oitenta) dias corridos**, antes da data de abertura desta licitação, excetuando-se os Atestados de Capacidade Técnica, cuja validade é indeterminada.
4. Os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome e com o CNPJ da empresa **licitante**.
 - 4.1) Quando a empresa licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 4.2) Quando a empresa licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza e comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.
5. Os documentos comprobatórios, se forem apresentados na forma de **protocolo** e/ou se tiverem com os respectivos **prazos de validade vencidos**, **não** serão aceitos e acarretarão a desclassificação da licitante.
6. Por força do disposto na Lei Municipal nº 14.094/05 e no Decreto Municipal nº 47.096/06, a São Paulo Turismo S.A. (SPTuris) está impedida de contratar e efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. Será verificada no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> se a empresa vencedora está inscrita no CADIN - Cadastro Informativo Municipal da Prefeitura Municipal de São Paulo. O mesmo procedimento será efetuado pela Gerência de Controladoria da SPTuris a cada pagamento.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

7. Serão aceitas como prova de regularidade fiscal, certidões positivas com efeitos de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
8. **Todas as certidões deverão estar válidas na data da CONVOCAÇÃO da Licitante classificada. Esse aviso é válido para todos os licitantes classificados, inclusive os que eventualmente forem convocados após a data da disputa.**
9. O^(a) pregoeiro^(a) poderá - a qualquer momento e sempre que julgar necessário - consultar os Setores Técnicos da SÃO PAULO TURISMO S.A., no intuito de dirimir dúvidas e obter subsídios quanto à adequada aferição dos documentos de habilitação e das propostas comerciais ofertadas.
10. **As DECLARAÇÕES deverão ser emitidas pela licitante, digitadas em papel timbrado, contendo a razão social, endereço completo, telefone e email.**

//////////

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

40 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º
..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666,
de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (.).

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO III-A - MODELO DE DECLARAÇÃO

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP/COOPERATIVA

DECLARAÇÃO DE ME/EPP/COOPERATIVA

Eu _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. _____ e do CPF nº. _____, representando neste ato a empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, Inscrição Estadual sob o nº. _____, com sede _____, declaro para todos os fins de direito e sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro – CPB e das Sanções Administrativas previstas na Legislação pertinente, que a empresa supracitada se enquadra na condição de ME/EPP ou COOPERATIVA conforme art. 34 da Lei Federal 11.488/07, nos termos e para todos os efeitos dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 e de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa condição

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

42 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO III – B - MODELO DE DECLARAÇÃO REF. AO ITEM 1.2.6 DO ANEXO II

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a),
portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º
..... DECLARA, para fins do disposto no item 1.2.6 do Anexo II do Edital,
que não está cadastrada na Prefeitura de São Paulo e portanto nada deve ao município de
São Paulo relativamente aos Tributos Mobiliários.

Esta declaração acompanha cópia autenticada ou via original da Certidão de Tributos Mobiliários (ou outra denominação, a depender de cada órgão municipal) desta empresa.

.....
(data)

.....
(representante legal)

Processo nº	Folha nº
0268/17	

43 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO III – C - MODELO DE PROPOSTA

(deve ser emitido em papel que contenha a denominação ou razão social da empresa licitante)

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

PROPOSTA

Nome da empresa:
CNPJ:
Insc. Estadual:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

Modelo básico de planilha a ser preenchida

Item	Quant	Unid.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL / SERVIÇO, <u>conforme descritivo técnico</u>	Valor unitário	Valor Total
1	1	Conj	Área de credenciamento - Materiais (estrutura+carpete+elétrica+carpete frontal)		
2	1	Serv	Área de credenciamento - Mão de Obra		
3	1	Conj	Sala extra - Materiais (estrutura+carpete+elétrica)		
4	1	Serv	Sala extra - Mão de Obra		
5	40	Unid	Pilotis		
6	13	Unid	Cadeiras		
7	1	Unid	Mesa		
8	10	M²	Adesivo + Instalação		
9	1	Serv.	Plantão Técnico		
10	1	Doc	Emissão de ART/RRT/doc		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)					

Prazo de entrega: CONFORME EDITAL
Condição de Pagamento: CONFORME EDITAL
Garantia (quando houver):
Prazo de validade da proposta: CONFORME EDITAL

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

44 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



São Paulo
turismo
www.spturis.com



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

Observações:

- 1) Em caso de diversos itens e subitens, a empresa deverá informar os preços de cada um;
- 2) A proposta deverá conter o descritivo de todo o serviço e/ou material ofertado, inclusive contendo as marcas ofertadas e outras informações pertinentes ao objeto.
- 3) Esta proposta está vinculada ao Edital do Pregão Eletrônico **055/17**.

DECLARAÇÃO QUE ACOMPANHA A PROPOSTA COMERCIAL

Ref.: (identificação do Pregão)

.....(nome da empresa)....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º **DECLARA SOB AS PENAS DA LEI:**

- 1) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 2) Que não foi declarada inidônea e não está impedida ou suspensa de participar de licitações.
- 3) Declara ainda sob as penas da lei, em especial o art, 299 do Código Penal Brasileiro que:
 - (a) a proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico foi elaborada de maneira independente pela(razão social) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
 - (b) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico, quanto a participar ou não da referida licitação;
 - (c) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato deste Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
 - (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar deste Pregão Eletrônico, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da SÃO PAULO TURISMO antes da abertura oficial das propostas; e
 - (e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.
 - (f) Declaramos que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que **cumprimos plenamente os requisitos de habilitação** referente ao presente Pregão Eletrônico.

Data e assinatura do representante legal

.....

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

ANEXO IV – CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

OBJETO: Contratação, sob regime de empreitada por preço global, de empresa especializada em montagem de estandes ou cenografia para montagem e desmontagem de estruturas modulares, mobiliário, ambientação, para atendimento ao evento “XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo”, conforme condições e especificações deste Edital e seus anexos.

CONDIÇÕES DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA: CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZOS

- 1.1- Os serviços serão executados e os materiais e equipamentos entregues (se fizer parte do objeto desta contratação) de acordo com as especificações, cláusulas e condições estipuladas neste instrumento, na proposta comercial e no Edital e em seus anexos (quando houver).
- 1.2- Os serviços deverão ser iniciados e concluídos, bem como os equipamentos e materiais entregues, impreterivelmente, nas datas previstas nesta “Autorização de Serviço”.
- 1.3- As medições serão efetuadas de acordo com os padrões da Contratante, que a Contratada declara conhecer e obriga-se a cumprir.
- 1.4- Salvo se expressamente disposto em contrário, os preços aqui estipulados são fixos e irrevogáveis, estando neles compreendidos:
 - a) a remuneração de todos os equipamentos, máquinas e ferramentas da Contratada necessários à execução do objeto desta “Autorização de Serviço”;
 - b) todas as despesas e encargos decorrentes das leis trabalhistas, previdenciárias, contribuições sociais, transportes, alimentação e alojamento dos trabalhadores; e
 - c) todas as demais despesas diretas e indiretas.
- 1.5- No caso de ocorrerem motivos de força maior, definidos no parágrafo único do Art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro, poderá ser concedida a dilação no prazo de execução, por tantos dias quanto durarem os eventos mencionados, desde que, comprovadamente, influam nos prazos da execução.
- 1.6- Não constituirão motivo para prorrogação do prazo de execução dos serviços, os atrasos de entrega de materiais, por parte dos eventuais fornecedores da Contratada, que assume, assim, responsabilidade exclusiva pela observância do prazo fixado.
- 1.7- Esta “Autorização de Serviço” entrará em vigor a partir da data de sua emissão.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

- 2.1- A qualquer tempo, e independentemente de qualquer formalidade, a Contratante poderá verificar, no local, a execução dos serviços, através de pessoa devidamente

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

46 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

credenciada, assegurando-lhe a Contratada amplo acesso a todas as informações relativas ao cumprimento desta “Autorização de Serviço”.

2.2- A fiscalização exercida pela Contratante não elimina, em hipótese alguma, a responsabilidade da Contratada pela perfeição técnica dos serviços executados, bem como pelos materiais empregados em sua execução.

2.3- Todo material destinado à execução dos serviços, se considerado inadequado e rejeitado pela fiscalização, deverá ser substituído, refazendo-se, sob exclusiva responsabilidade da Contratada e sem qualquer ônus para a Contratante.

2.4- Os responsáveis pela fiscalização verificarão se o serviço executado pela Contratada confere com a descrição constante da proposta comercial, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicarão o fato à autoridade superior, no prazo máximo de cinco dias, para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1- realizar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas neste termo;

3.2- fornecer à Contratada documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados à presente “AS”;

3.3- exercer a fiscalização do contrato, na forma da cláusula segunda;

3.4- receber provisória e/ou definitivamente o objeto desta “AS” nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1- conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita observância do instrumento convocatório e anexos (se houver), da Proposta de Preços e da legislação vigente;

4.2- prestar os serviços, nas datas, horários e locais informados pela Contratante;

4.3- prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

4.4- manter, durante toda a duração desta “AS”, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.5- prestar, sem quaisquer ônus para a Contratante, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

4.6- responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

4.7- iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

4.8- manter no local do serviço um responsável para prover o que disser respeito à execução dos serviços;

Processo nº	Folha nº
0268/17	



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 **PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17**

4.9- atender todos os ditames da legislação **trabalhista, previdenciária e fiscal cabíveis.**

CLÁUSULA QUINTA: RECEBIMENTO – ENSAIOS – INSPEÇÕES E TESTES

5.1- Prestados definitivamente os serviços constantes desta “AS”, o que ocorrerá sempre após os testes e ensaios, a Contratante expedirá um atestado de execução e liberação para pagamento (AELP). Este “AELP” autorizará o pagamento de respectiva fatura, obedecidos os prazos e as condições de pagamento ajustados.

5.2- Os ensaios, testes e inspeções, que se fizerem necessários ou que sejam normais para o tipo de serviço, deverão ser realizados e serão motivo de relatório de medição que ateste o seu resultado, a fim de que possam ser liberadas as parcelas do pagamento correspondentes, correndo por conta da Contratada as respectivas despesas, salvo disposição expressa em contrário nesta “AS”.

5.3- As despesas de material e pessoal para realização de novos ensaios e inspeções, que sejam necessários em decorrência de fato imputável ao fornecedor, não serão de responsabilidade da Contratante. Se qualquer serviço for rejeitado, todos os ônus e despesas decorrentes ocorrerão por conta da Contratada.

CLÁUSULA SEXTA: DA GARANTIA

6.1- Dentro dos prazos previstos, a Contratada garantirá a qualidade dos serviços prestados, devendo repará-los, sem nenhum ônus para a Contratante, caso apresentem qualquer defeito, ou ainda no caso de não estarem de acordo com as especificações técnicas respectivas, sob pena de aplicação das penalidades descritas na cláusula oitava.

6.2- Ocorrendo qualquer falha, o período de garantia será suspenso, até que a mesma seja sanada. No caso de substituição ou reparação substancial, iniciar-se-á um novo período de garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1- A Contratante pagará à Contratada o valor constante nesta “AS” nas condições e prazos nela estabelecidos.

7.2- A Contratada deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Protocolo Geral, localizado na Sede Administrativa da São Paulo Turismo S.A., situada na Avenida Olavo Fontoura, n.º 1.209, acompanhada das certidões negativas atualizadas do INSS, FGTS, Tributos Mobiliários, Tributos Estaduais (quando for o caso) e Tributos Federais.

7.3- As notas fiscais e as faturas serão extraídas com referência a somente uma “AS”, devendo constar obrigatoriamente nestes documentos o número da “AS”, os números dos itens da “AS” de que tratam as respectivas faturas e os serviços prestados.

7.4- Todos os documentos a serem emitidos pela Contratada deverão se reportar à sede ou à filial que participou do processo de contratação, cujos dados encontram-se registrados na presente “AS”.

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

48 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS N.º 0268/17

7.5- Por força do disposto na Lei Municipal 14.094/05 e no Decreto Municipal 47.096/06, a São Paulo Turismo está impedida de efetuar pagamentos às empresas inscritas no Cadastro Informativo Municipal - CADIN. A verificação da inscrição será feita no site <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin>.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

8.1- Quando da convocação, via fax ou e-mail, para retirada da respectiva "AS", se a empresa que tiver se comprometido não o fizer, no prazo máximo de dois (02) dias úteis, a contar da data da convocação, será penalizada na forma da legislação em vigor e acarretará na aplicação de multa equivalente a dez por cento (10%) do valor total deste termo.

8.2- A Contratada estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa.

8.3- O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a Contratada à multa de mora de um por cento (01%) por dia que exceder o prazo estipulado ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Contratante e/ou da aplicação das demais sanções administrativas, a incidir sobre o valor da AS.

8.4- Em caso de inexecução parcial do compromisso assumido com a Contratante, a Contratada ficará sujeita à incidência de multa de 05% (cinco por cento) sobre o valor total contratado ou sobre o valor referente à fração do objeto do contrato não executado na forma solicitada, a critério exclusivo da Contratante, aplicada na ocorrência de uma primeira infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro da porcentagem anteriormente aplicada, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento).

8.5- A inexecução total do compromisso ensejará na rescisão unilateral e será aplicada multa no importe de vinte por cento (20%) sobre o valor total contratado podendo também ser aplicada a suspensão por tempo determinado de participar de licitações e de contratar com a São Paulo Turismo S/A e com a Administração Pública Municipal, com base nos Artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as conseqüências previstas no art. 87 da mesma lei.

8.6- Eventuais débitos ou penalidades, aplicadas à Contratada após o devido procedimento, poderão ser ressarcidos por meio de compensação, descontando-se de pagamentos vincendos que a Contratada tenha a receber da Contratante, seja no âmbito do presente contrato ou de quaisquer outros que mantenha com a Contratante, ou poderão ser descontados da garantia prestada, se houver, ou ainda ser cobrado judicialmente.

8.7- As penalidades serão aplicadas sem prejuízos das demais sanções, administrativas ou penais, previstas na legislação vigente.

Processo nº	Folha nº
0268/17	

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE

9.1- A Contratada é responsável por danos causados por si e por seus trabalhadores à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

9.2- A Contratada é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO, EXTINÇÃO UNILATERAL, SUSPENSÃO E RESCISÃO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO

10.1- A presente "AS" poderá ser alterada, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstâncias supervenientes, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, através de Termo de Aditamento.

10.2- Constitui cláusula essencial da presente "AS", de observância obrigatória, a impossibilidade da Contratada suspender a prestação de serviços em virtude de inadimplência no pagamento pela Contratante, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços.

10.3- A ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, inclusive o não cumprimento das obrigações assumidas na presente "AS", autorizam, desde já, a Contratante rescindir, unilateralmente, o contrato independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.

10.4- A presente "AS" poderá ser rescindida por ato unilateral da Contratante, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, sem que caiba à Contratada direito a indenizações de qualquer espécie com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do artigo 77 da Lei nº 8.666/93, bem como pelos motivos relacionados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal.

10.5- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de compras, assegurado à Contratada o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

11.1- A presente "AS" não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da Contratante, sob pena de imediata rescisão.

11.2- Se permitida a cessão ou transferência pela Contratante, o cessionário será integralmente responsável por todos os direitos e obrigações do cedente e deverá

Processo nº	Folha nº
0268/17	verso

50 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

11.3- Se permitida a subcontratação pela Contratante, ficarão solidariamente responsáveis o contratado e o subcontratado por todos os direitos e obrigações que do contrato advierem e deverão atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: FORO DE ELEIÇÃO

12.1- Para dirimir dúvidas ou questões resultantes desta “AS”, as partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Comarca da Capital, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA ACEITAÇÃO EXPRESSA

A Contratada, por seu representante legal, aceita todas as cláusulas e condições nesta Autorização de Serviço e se compromete a cumprir todas as obrigações aqui assumidas.

MODELO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO QUE SERÁ PREENCHIDA PELA SPTURIS

Processo nº	Folha nº
0268/17	

51 de 52

Diretoria Administrativa Financeira e de relação com Investidores
Gerência de Compras e Contratos
Comissão Permanente de Licitações - CPL



PREGÃO ELETRÔNICO N.º 055 / 17 PROCESSO DE COMPRAS Nº 0268/17

São Paulo turismo		PREFEITURA DE SÃO PAULO		AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO	
				n.º	0
				0/1/1900	
CONTRATANTE					
Empresa: SÃO PAULO TURISMO S/A			Endereço: Avenida Olavo Fontoura, 1.209 - Parque Anhembi - Santana		
CNPJ: 62.002.886/0001-60	Inscr. Est.: 104.969.196.117	Cidade: São Paulo	Estado: SP	CEP: 02012-021	
Fone / Fax / E-Mail: #N/D			Responsável / Cargo: Domério Nassar de Oliveira / Diretor		
CONTRATADA					
Empresa: -			Endereço: 0		
CNPJ: 00.000.000/0000-00	Inscr. Est.: 000.000.000.000	Cidade: 0	Estado: 0	CEP: 00000-000	
Fone / Fax: -			Responsável / Cargo: 0		
CONDIÇÕES					
Modalidade: 0/1/1900			Processo de Compras: 0		
Condição de Pagamento: 0/1/1900		Vigência: 00/01/1900 a 00/01/1900		Data da Proposta: 0/1/1900	
SCS: 0		Área Requisitante: 0/1/1900		Centro de Custo / Código Orçamentário: 0	
Local de Entrega:			Horário de Entrega:		
OBJETO					
Item	Quant.	Unid.	Descrição	Unit. R\$	Total R\$
Página 1					
Valor Total em Reais:				R\$	0,00
AUTORIZAÇÕES					
Domério Nassar de Oliveira Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores			Edson Antônio Saura Gerente de Compras e Contratos		
Deverá constar expressamente na N.F. o número desta Autorização de Serviço					AS n.º 0
Recebemos o email da AS e estamos de acordo com a contratação.					
Assinatura: _____			Carimbo: _____		
Nome (legível): _____					
Data: _____					

